



## Prova de 2006

**1ª Questão:** Assinale, dentre as proposições abaixo, a correta:

- I. Nas relações de consumo entre o fornecedor e o consumidor-pessoa jurídica, a indenização poderá ser limitada, em situações justificáveis.
  - II. A inserção de cláusula no formulário não desfigura a natureza do contrato de adesão.
  - III. Os órgãos oficiais poderão expedir notificações aos fornecedores para que, sob pena de desobediência, prestem informações sobre questões de interesse do consumidor, resguardado o segredo industrial.
  - IV. Nos contratos do sistema de consórcio de produtos duráveis, a compensação ou a restituição das parcelas quitadas, terá descontada além da vantagem econômica auferida com a fruição, os prejuízos que o inadimplente causar ao grupo.
  - V. As cláusulas que implicarem limitação de direito do consumidor deverão ser redigidas com destaque, permitindo sua imediata e fácil compreensão.
- a) Apenas as proposições II, IV e V estão corretas.
  - b) Apenas as proposições I, III, e V estão corretas.
  - c) Todas as proposições estão corretas.
  - d) Apenas as proposições II e V estão corretas.
  - e) Apenas as proposições I, III, IV e V estão corretas.

**2ª Questão:** Assinale, dentre as proposições abaixo, a correta:

- I. O Código de Defesa do Consumidor adotou a Teoria da Imprevisão, consubstanciada na cláusula *rebus sic stantibus*, nos moldes previstos no diploma civil.
- II. No âmbito das relações consumeristas, a inversão do ônus da prova exige concomitantemente os requisitos da verossimilhança das alegações e a hipossuficiência econômica do consumidor.
- III. As regras insertas do Código de Defesa do Consumidor não se aplicam à prestação de serviços públicos.



IV. O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de 10 (dez) dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio.

V. É facultado a qualquer consumidor ou entidade que o represente ajuizar a competente ação para ser declarada a nulidade de cláusula contratual que contrarie disposições do diploma consumerista.

- a) Apenas as proposições I e V estão corretas.
- b) Apenas a proposição I está correta.
- c) Apenas as proposições II e III estão incorretas.
- d) Apenas as proposições I, II, III e IV estão incorretas.
- e) Todas as proposições estão incorretas.

**3ª Questão:** Assinale, dentre as proposições abaixo, a correta:

I. O fornecedor de produtos e serviços não será responsabilizado quando provar a ocorrência de caso fortuito ou força maior.

II. Nas ações coletivas de que trata o Código de Defesa do Consumidor, a sentença fará coisa julgada material *erga omnes* no caso de procedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores, na hipótese de interesses ou direitos coletivos.

III. Prescreve em 5 (cinco) anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou serviço, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.

IV. Os cadastros e dados dos consumidores devem ser objetivos, claros, verdadeiros e em linguagem de fácil compreensão, não podendo conter informações negativas referentes a período superior a 3 (três) anos.

V. Em caso de responsabilidade pelo fato do produto ou serviço, aquele que efetivar o pagamento ao prejudicado poderá exercer o direito de regresso contra os demais responsáveis, segundo sua participação na causação do evento danoso, sendo vedada a denúncia da lide.



- a) Apenas as proposições I, II, III e V estão corretas.
- b) Apenas as proposições III e V estão corretas.
- c) Apenas as proposições I e III estão corretas.
- d) Apenas as proposições I, II, III estão corretas.
- e) Apenas as proposições I, II, III e IV estão corretas.

**4ª Questão:** Na órbita do Código de Defesa do Consumidor, assinale dentre as proposições seguintes, a correta:

I. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.

II. Dentre as sanções administrativas que ficam sujeitos aqueles que cometerem infrações às normas de defesa do consumidor, conforme o caso, dentre outras, estão previstas as seguintes: multa não inferior a 100 Unidade Fiscal de Referência (UFIR), perda do produto eventualmente apreendido, interrupção temporária da licença para a fabricação do produto.

III. Há permissão para contratos de adesão escritos, redigidos em termos claros e legíveis, expressos em moeda corrente nacional, que contenham cláusulas resolutórias e suspensivas que facilitem a compreensão do consumidor.

IV. É assegurada ao consumidor a liquidação antecipada do débito, total ou parcialmente, mediante redução proporcional dos juros e demais acréscimos.

V. Terão legitimidade concorrente para promover a defesa coletiva dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas, a União, os Estados, os Municípios, o Distrito Federal, o Ministério Público, as entidades e órgãos da Administração Pública, direta ou indireta e as associações legalmente constituídas há pelo menos um ano e que tenham incluído entre seus fins institucionais a defesa dos interesses e direitos protegidos pelo CDC.

- a) Apenas as proposições II, III e V estão corretas.



- b) Apenas as proposições I e IV estão corretas.
- c) Apenas as proposições I, III e IV estão corretas.
- d) Apenas as proposições I, IV e V estão corretas.
- e) Apenas as proposições I, II e V estão corretas.

**5ª Questão:** Na conformidade do Código de Defesa do Consumidor, assinale dentre as proposições abaixo elencadas a correta:

I. O consumidor que se sentir lesado pelo fornecedor poderá buscar judicialmente a reparação dos danos patrimoniais e morais.

II. Em consequência de fatos supervenientes que façam as prestações estabelecidas em contrato tornarem-se excessivamente onerosas e desproporcionais, tem o consumidor o direito de postular a modificação das cláusulas contratuais ou mesmo sua revisão.

III. Em sede de responsabilidade contratual, o comerciante que se viu obrigado a ressarcir os prejuízos causados a algum consumidor, pelo fato de não estar identificado claramente o fabricante no produto, poderá exercer o direito de regresso contra o responsável a posteriori.

IV. O fornecedor estará isento de responsabilidade se comprovar que ignorava os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços que contratualmente assumiu para com o consumidor.

V. Os fabricantes e importadores deverão assegurar a oferta de componentes e peças de reposição enquanto não cessar a fabricação ou importação do produto. Todavia, se cessadas a produção ou importação, a oferta deverá ser mantida por período razoável de tempo, na forma da lei.

- a) Apenas as proposições I, II, III e V estão corretas.
- b) Todas as proposições estão corretas.
- c) Apenas as proposições I, II e IV estão corretas.
- d) Apenas as proposições II, III e V estão corretas.



e) Apenas as proposições I e V estão corretas.

GABARITO:

01	02	03	04	05
C	E	B	D	A

## Prova de 2007

**1ª Questão:** Referentemente à inversão do ônus da prova, considerando-se a interpretação jurisprudencial majoritária, assinale a alternativa **correta**:

- a) A inversão do ônus da prova abrange o pagamento, pelo demandado, dos custos de eventual perícia.
- b) A invocação do direito à inversão do ônus da prova tem como pressuposto básico a concomitante incidência dos requisitos da verossimilhança das alegações da parte autora e da sua hipossuficiência.
- c) A inversão do ônus da prova é regra de julgamento.
- d) A inversão do ônus da prova implica na concessão automática, ao consumidor, da gratuidade judicial.
- e) A inversão do ônus da prova é regra de procedimento.

**2ª Questão:** Assinale, com relação aos direitos básicos do consumidor, a alternativa **INCORRETA**.

- a) É direito básico do consumidor a efetiva prevenção de danos patrimoniais e morais, sejam eles individuais, coletivos ou difusos.
- b) É direito básico do consumidor a informação sobre os riscos apresentados por produtos colocados no mercado.



- c) Não é direito básico do consumidor a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral, vez que as relações dos indivíduos com o Poder Público escapam da órbita de incidência do CDC.
- d) Para a modificação ou revisão das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais, tornando-as excessivamente onerosas, não se faz necessário que o fato superveniente seja imprevisível.
- e) A proteção contra métodos comerciais coercitivos é prevista pelo CDC como direito básico do consumidor.

**3ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**:

- a) No regime do CDC, as sociedades coligadas só respondem solidariamente pelas obrigações decorrentes da lei consumerista quando agirem com culpa.
- b) No regime do CDC, a simples inatividade da pessoa jurídica, ainda que decorrente de má administração, não é causa de desconsideração da personalidade jurídica, já que essa desconsideração condiciona-se à falência da sociedade empresária.
- c) No regime do CDC, mesmo que a personalidade da sociedade empresária constitua-se em obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores, não se admite a desconsideração dessa personalidade.
- d) As sociedades controladas por aquela que causou danos aos consumidores não são subsidiariamente responsáveis pelo ressarcimento dos prejuízos.
- e) No regime do CDC, as sociedades consorciadas à infratora não respondem solidariamente pelas obrigações decorrentes da lei consumerista.

**4ª Questão:** Indique a alternativa **INCORRETA**:

- a) O consumidor que liquida antecipadamente o débito de sua responsabilidade tem direito à redução proporcional dos juros e demais acréscimos do débito.
- b) O consumidor que recebe produtos que não foram solicitados fica obrigado ao pagamento, caso não os devolva no prazo de 30 dias ou caso não os coloque, no mesmo



prazo, à disposição do fornecedor, pena de pactuar-se com um enriquecimento sem causa.

- c) É abusiva a cláusula contratual que determine a utilização obrigatória de arbitragem.
- d) O acesso às informações constantes dos cadastros de órgãos públicos de defesa do consumidor é facultado, não só aos consumidores, como também a qualquer interessado.
- e) Ainda que cessada a fabricação ou a importação de determinado produto, o fabricante ou importador deverá assegurar ao consumidor, por prazo razoável, a oferta das peças de reposição ou de seus componentes.

**5ª Questão:** Em relação à duplicata, assinale a opção **INCORRETA**:

- a) A ação contra o sacado e seus avalistas prescreve em três anos.
- b) A ação de um dos coobrigados contra os demais prescreve em um ano.
- c) A ação do sacador contra os coobrigados-endossantes e seus avalistas prescreve em um ano.
- d) O protesto por indicação da duplicata não é forma de suprir a falta de aceite do título e nem a sua ausência.
- e) Em se tratando de duplicata endossada, tem o endossatário o prazo de 30 dias, a contar da data do vencimento do título, para efetivar o protesto, assegurando, assim, o direito de regresso contra os endossantes e seus avalistas.

**GABARITO:**

<b>01</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>04</b>	<b>05</b>
C/E	C	Anulada	B	D

**Prova – Junho de 2008**

**1ª Questão:** Relativamente às relações de consumo e suas características, considerando



as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:

- I. As instituições financeiras estão submetidas à disciplina do Código de Proteção e Defesa do Consumidor quando o financiamento for realizado com pessoa física.
  - II. Os depositantes em Caderneta de Poupança podem ser considerados consumidores.
  - III. Os investidores no mercado de valores imobiliários são considerados como consumidores com relação às instituições ou empresas que propiciam este tipo de investimento.
  - IV. A Lei de Defesa do Consumidor não se aplica às operações que constituem o ciclo de produção.
  - V. Os direitos de caráter trabalhista são inseridos nas relações de consumo, considerando que os trabalhadores são prestadores de serviços.
- a) Somente as proposições III e V estão incorretas.
  - b) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
  - c) Somente as proposições I e IV estão corretas.
  - d) Somente as proposições II e III estão corretas.
  - e) Todas as proposições estão corretas.

**2ª Questão:** Sobre a responsabilidade dos agentes que participam das relações de consumo, quanto ao vício do produto ou dos serviços, observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:

- I. Não sendo o vício sanado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, pode o consumidor exigir tão somente o abatimento proporcional do preço.
- II. No caso de fornecimento de produtos *in natura*, identificado o produtor, será responsável, perante o consumidor, o fornecedor imediato.
- III. A responsabilidade do profissional liberal é subjetiva.
- IV. A responsabilidade do comerciante é subsidiária.
- V. A ignorância do fornecedor sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços não o exime de responsabilidades.





- a) Somente as proposições II e V estão corretas.
- b) Somente as proposições I e II estão incorretas.
- c) Somente as proposições I, II e V estão corretas.
- d) Todas as proposições estão corretas.
- e) Somente as proposições III e IV estão incorretas.

**3ª Questão:** Relativamente às conseqüências e responsabilidades pela inadimplência impostas aos consumidores, junto aos bancos de dados e cadastros, considerando as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:

I. O registro de inadimplência nos assentos informatizados deve ser cancelado após o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, se, antes disso não ocorreu a prescrição da ação de cobrança.

II. Os bancos de dados dos consumidores ostentam caráter público e não podem ser controlados por empresas privadas.

III. A especificidade das anotações dos sistemas de proteção ao crédito não as exclui do conceito genérico das existentes em bancos de dados.

IV. É obrigatório comunicar por escrito ao consumidor, quando por ele não solicitado, a abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo.

V. Considera-se prática abusiva a manutenção de um banco de dados pelas instituições financeiras em que são regularmente informados os fornecedores sobre a situação creditícia dos consumidores que constam em seus cadastros.

- a) Somente a proposição II está incorreta.
- b) Todas as proposições estão corretas.
- c) Somente as proposições III e V estão corretas.
- d) Somente as proposições I, II e III estão incorretas.
- e) Somente as proposições II e IV estão corretas.

**4ª Questão:** Quanto à proteção contratual em matéria de consumo, observando os princípios que regem a matéria e os contratos de adesão, assinale a alternativa **correta**:



- I. Os contratos de adesão escritos serão redigidos em termos claros e com caracteres ostensivos e legíveis, de modo a facilitar sua compreensão pelo consumidor.
  - II. A inserção de cláusula no formulário desfigura a natureza de adesão do contrato.
  - III. Ocorrendo a contratação de fornecimento de produtos e serviços do estabelecimento comercial, o consumidor não pode desistir do contrato em qualquer hipótese, após assiná-lo ou receber o produto ou serviço.
  - IV. Visando a proteção do consumidor, é obrigatório o destaque de cláusulas que limitem a sua responsabilidade ou direito.
  - V. Considera-se contrato de adesão aquele em que as cláusulas são estabelecidas padronizadamente de modo unilateral pelo fornecedor ou autoridade.
- a) Somente as proposições I, II, III e V estão corretas.
  - b) Somente as proposições III e V estão incorretas.
  - c) Somente as proposições II e III estão incorretas.
  - d) Somente as proposições I e IV estão corretas.
  - e) Todas as proposições estão corretas.

**5ª Questão:** Relativamente às obrigações contratuais, considerando as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta** quanto às cláusulas que são consideradas como abusivas:

- I. Aquelas que impossibilitem, exonerem, atenuem ou impliquem em renúncia dos novos direitos do consumidor instituídas pelo estatuto consumerista.
  - II. Aquelas que criem determinadas vantagens unilaterais ao fornecedor.
  - III. Aquelas que transferem responsabilidade a terceiros.
  - IV. Aquelas que infringem ou impossibilitam a violação de normas ambientais.
  - V. Aquelas que determinam a utilização compulsória de arbitragem.
- a) Somente as proposições III, IV e V estão incorretas.
  - b) Todas as proposições estão corretas.
  - c) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
  - d) Somente as proposições III e V estão incorretas.



e) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.

GABARITO:

01	02	03	04	05
A	ANULADA	A	C	ANULADA

## Prova de 2009

**1ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**:

I. O prazo previsto pelo Código de Defesa do Consumidor para que o fornecedor sane vício de qualidade do produto de consumo é de, no máximo, 45 dias. As partes podem convencionar a redução ou ampliação deste prazo; entretanto, nos contratos de adesão, a cláusula de prazo deverá ser convencionada em separado, por meio de manifestação expressa do consumidor.

II. Caso o fornecedor não sane o vício de qualidade do produto, o Código de Defesa do Consumidor faculta ao consumidor: a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso; a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos; ou o abatimento proporcional do preço.

III. A ignorância do fornecedor sobre os vícios de qualidade do produto e dos serviços pode, excepcionalmente, eximi-lo de responsabilidade.

IV. São subsidiariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor as sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas.

V. O princípio da boa-fé objetiva é o princípio máximo do Código de Defesa do Consumidor.

Pressupõe condutas sociais adequadas a padrões aceitáveis de procedimento e que não induza a resultado danoso.



- a) Somente as proposições II e V estão corretas.
- b) Somente as proposições II, IV e V estão corretas.
- c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I, III e V estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

**2ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**:

I. No caso de acidente de consumo, o prazo prescricional é de três anos e a sua contagem

inicia a partir do conhecimento do dano e da sua autoria.

II. Quando a ação coletiva, fulcrada no Código de Defesa do Consumidor, for rejeitada no mérito, pode o consumidor individualmente propor ação de indenização, desde que não tenha funcionado no processo como litisconsorte.

III. Segundo o Código de Defesa do Consumidor, a sentença, ainda que decorrente de pedido individual, sempre produzirá efeitos *erga omnes*.

IV. O Código de Defesa do Consumidor admite, de maneira excepcional, que seja colocado no mercado produto ou seja executado serviço capaz de acarretar riscos à saúde e à segurança do consumidor.

V. Considera-se serviço defeituoso, conforme previsto no Código de Defesa do Consumidor, aquele que não oferece a qualidade que o consumidor espera.

- a) Todas as proposições estão corretas.
- b) Somente as proposições I e V estão corretas.
- c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II e V estão corretas.
- e) Somente as proposições I e III estão corretas.

**3ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**:



I. O princípio da vulnerabilidade do consumidor se configura como vulnerabilidade técnica, fática e jurídica.

II. A publicidade no Código de Defesa do Consumidor orienta-se pelos princípios da identificação, da veracidade, da não-enganosidade, da não-abusividade e da transparência da fundamentação.

III. Os princípios relacionados às medidas cabíveis para o controle da publicidade previstos no Código de Defesa do Consumidor são: o princípio da inversão do ônus da prova e o princípio da correção do desvio publicitário pela contrapropaganda.

IV. Normas técnicas referidas no Código de Defesa do Consumidor são aquelas emanadas do ente do Estado, como as agências reguladoras, estratificadas em resoluções, portarias e instruções normativas.

V. Os objetivos da Política Nacional de Relações de Consumo abrangem o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, à sua saúde e à sua segurança, bem como a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, a transparência e a harmonia das relações de consumo.

- a) Apenas a proposição IV está incorreta.
- b) Somente as proposições II e V estão incorretas.
- c) Somente as proposições I e III estão incorretas.
- d) Nenhuma das proposições está incorreta.
- e) Somente as proposições III e IV estão incorretas.

**4ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**:

I. O “Diálogo Sistemático de Subsidiariedade” consiste na aplicação prioritária do Código de Defesa do Consumidor e subsidiária do Código Civil.

II. Dentre os instrumentos para a execução da Política Nacional de Relações de Consumo encontra-se a instituição de Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor, no âmbito do Ministério Público.

III. Em nenhuma hipótese é admitida a cláusula resolutória nos contratos de adesão submetidos ao Código de Defesa do Consumidor.



IV. Nos contratos do sistema de consórcio de produtos duráveis sujeitos ao Código de Defesa do Consumidor, a compensação ou a restituição das parcelas quitadas far-se-á apenas com o desconto da vantagem econômica auferida com a fruição do bem.

V. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, mesmo na hipótese de engano justificável do fornecedor.

- a) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I, II, III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I e II estão corretas.
- d) Todas as proposições estão corretas.
- e) Somente as proposições III e V estão corretas.

**5ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**:

I. O Microssistema do Código de Defesa do Consumidor, entre outros, afirma que fornecedor de produto ou serviço pode ser um ente despersonalizado.

II. É proibida a publicidade de bens e serviços por telefone quando a chamada for onerosa ao consumidor que a origina.

III. O fornecedor de serviço será obrigado a entregar ao consumidor o orçamento, que terá validade por sete dias contados do seu recebimento pelo consumidor.

IV. O chamado “período de reflexão” é de sete dias nas vendas fora do estabelecimento comercial. Havendo arrependimento pelo consumidor a bom tempo e modo, tem ele direito à restituição das quantias pagas com a correção monetária devida, o que deve ocorrer em dez dias contados da comunicação ao fornecedor.

V. O consumidor, sempre que encontrar inexatidão nos seus dados e cadastros, poderá exigir sua imediata correção, devendo o arquivista, no prazo de dez dias úteis, comunicar a alteração aos eventuais destinatários das informações incorretas.

- a) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I, II e V estão corretas.



- c) Todas as proposições estão corretas.
- d) Somente as proposições I e II estão corretas.
- e) Somente as proposições IV e V estão corretas.

GABARITO:

01	02	03	04	05
B	C	A	C	D

## Prova de 2010

**23ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**:

**I.**A ação de responsabilidade civil do fornecedor de produtos e serviços pode ser proposta no domicílio do autor, consumidor. O fornecedor demandado que houver contratado seguro de responsabilidade poderá chamar ao processo seu segurador para o exercício da ação incidente de garantia que constitui a denúncia da lide.

**II.**Nas ações coletivas de que trata o Código de Defesa do Consumidor não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas, nem condenação da associação autora, salvo comprovada má-fé, em honorários de advogados, custas e despesas processuais.

**III.**O Ministério Público não detém legitimidade para promover ação civil pública cujo fundamento seja a ilegalidade de reajuste de mensalidades escolares pois a legitimação é atribuída por lei às associações de alunos, de pais e alunos responsáveis, indispensável em qualquer caso o apoio de pelo menos vinte por cento dos pais de alunos de estabelecimento de ensino, ou dos alunos, no caso de ensino superior.

**IV.**Nas demandas coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos, o



Ministério Público sempre atuará como custos legis, exceto se figurar como proponente da ação.

- a) Somente as proposições II e III estão corretas.
- b) Somente as proposições I e II estão corretas.
- c) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- e) Somente as proposições III e IV estão corretas.

**24ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**:

**I.** Toda publicidade dirigida ao consumidor é fonte de obrigação para o fornecedor, desde que por ele veiculada, e passa a gerar os efeitos jurídicos de uma oferta, integrando o futuro contrato.

**II.** Em tema de contrato de compra e venda de imóveis mediante pagamento em prestações, nas ações de rescisão, seja a pedido do vendedor por inadimplemento do comprador ou por iniciativa deste porque não consegue pagar as prestações, consideram-se nulas as cláusulas que estabeleçam a perda total das prestações pagas em benefício do credor. Nesses casos o fornecedor não pode sequer pretender indenização ou compensação pela ocupação e vantagem econômica auferida pelo consumidor se a consequência da demanda for a retomada do bem a favor daquele.

**III.** A ignorância do fornecedor sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços não o exime de responsabilidade. Todavia, admite-se excepcionalmente que o contrato contenha cláusula, de comum acordo com o consumidor, que atenua a obrigação de indenizar se isto importar em desconto no preço final.

**IV.** A nulidade de uma cláusula contratual abusiva não invalida o contrato, exceto quando de sua ausência, apesar dos esforços de integração, decorrer ônus excessivo a qualquer das partes.





- a) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições II e III estão corretas.
- c) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- e) Somente as proposições I e IV estão corretas.

**25ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**:

**I.** Nas ações coletivas que tratem de interesses ou direitos coletivos, a sentença de improcedência do pedido por insuficiência de provas faz coisa julgada material *ultra partes*.

**II.** Nas ações coletivas que tratem de interesses ou direitos difusos, a sentença de improcedência do pedido por insuficiência de provas permite que qualquer legitimado intente nova ação, com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.

**III.** Interesses ou direitos individuais homogêneos para os fins do Código de Defesa do Consumidor são aqueles entendidos como de origem comum, como por exemplo pessoas que consumiram água contaminada por um mesmo vazamento de produtos tóxicos e têm direito a indenização pelos correlatos danos pessoais.

**IV.** Interesses ou direitos difusos para os fins do Código de Defesa do Consumidor são aqueles entendidos como transindividuais de natureza indivisível, de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base.

- a) Somente as proposições II e III estão corretas.
- b) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- e) Somente as proposições III e IV estão corretas.

**26ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**:



**I.** Compete à justiça estadual julgar causas entre consumidor e concessionária de serviços públicos de telefonia quando a Anatel não seja litisconsorte passiva, assistente, nem opoente.

**II.** Nos contratos bancários, mesmo aqueles submetidos aos ditames do Código de Defesa do Consumidor, é vedado ao juiz conhecer, de ofício, da abusividade das cláusulas.

**III.** Há diferença fundamental entre a responsabilidade por vício e a responsabilidade por fato do produto: a primeira (vício) trata de perda patrimonial para o consumidor que normalmente não ultrapassa os limites do valor do próprio produto ou serviço em que são observados apenas vícios de qualidade e quantidade a afetar o funcionamento ou o valor da coisa; a segunda (fato do produto) é normalmente de maior vulto pois constata-se a potencialidade danosa na qual os defeitos oferecem risco à saúde e segurança do consumidor de modo a ultrapassar o valor dos produtos ou serviços adquiridos.

**IV.** A execução da Política Nacional de Relações de Consumo é orientada, dentre outros, pelos seguintes instrumentos: manutenção de assistência jurídica integral e gratuita para o consumidor carente; instituição de promotorias de justiça de defesa do consumidor no âmbito do Ministério Público; criação de varas especializadas para a solução de litígios de consumo; prestação de informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço.

- a) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- d) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

**27ª questão:** Assinale a alternativa **correta**:



**I.** O fornecedor do produto ou serviço é responsável solidário pelos atos de seus prepostos ou representantes autônomos, salvo cláusula expressa em sentido contrário.

**II.** Nas ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos, em caso de procedência do pedido, a condenação será preferencialmente líquida e fixará a responsabilidade do réu pelos danos causados, admitida no entanto a liquidação por arbitramento ou por artigos.

**III.** O Código de Defesa do Consumidor estabelece o prazo de cinco anos para a prescrição da ação que tenha por objeto a reparação de danos causados pelo fato do produto, iniciada a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.

**IV.** É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos, como por exemplo condicionar o mútuo para aquisição de moradia à contratação de seguro habitacional com o agente financeiro ou com seguradora por este indicada.

- a) Somente as proposições II e III estão corretas.
- b) Somente as proposições I e III estão corretas.
- c) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

**28ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**:

**I.** Os serviços de proteção ao crédito e congêneres são considerados entidades de caráter privado.

**II.** Sempre que encontrar inexatidão nos seus dados e cadastros, o consumidor poderá exigir sua imediata correção.

**III.** Opera-se a decadência no prazo de 30 dias, quanto ao direito de reclamar pelos vícios aparentes, tratando-se de fornecimento de serviços ou de produtos duráveis.



**IV.** Somente poderão constar nos bancos de dados as informações negativas sobre consumidores relativas aos últimos dois anos.

- a) Somente as proposições I, III e IV estão incorretas.
- b) Somente as proposições II e III estão incorretas.
- c) Somente as proposições I, II e IV estão incorretas.
- d) Somente as proposições III e IV estão incorretas.
- e) Todas as proposições estão incorretas.

**29ª Questão:** O Código de Defesa do Consumidor, ao dispor sobre a proteção contratual, estabelece:

**I.** Os contratos que regulam as relações de consumo não obrigarão os consumidores, se não lhes for dada a oportunidade de tomar conhecimento prévio de seu conteúdo ou se os respectivos instrumentos forem redigidos de modo a dificultar a compreensão de seu sentido e alcance.

**II.** A incidência do princípio da interpretação mais favorável ao consumidor pressupõe a presença de cláusulas ambíguas ou contraditórias em contrato de consumo e de adesão.

**III.** O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de sete dias a contar de sua assinatura, ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou em domicílio. Se o consumidor exercer o direito de arrependimento, os valores eventualmente pagos, a qualquer título, durante o prazo de reflexão, serão devolvidos, de imediato, monetariamente atualizados.

**IV.** A garantia contratual é complementar à legal e será conferida mediante termo escrito. O termo de garantia ou equivalente deve ser padronizado e esclarecer, de maneira adequada, em que consiste a mesma garantia, bem como a forma, o prazo e o lugar em que pode ser exercitada e os ônus a cargo do consumidor, devendo ser-lhe entregue, devidamente preenchido pelo fornecedor, no ato do fornecimento, acompanhado de manual de instrução, de instalação e uso de produto em linguagem didática, com ilustrações.



- a) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II e III estão corretas.
- d) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

**30ª Questão:** Nos termos das normas jurídicas de ordem pública, considere as seguintes proposições e assinale a opção **correta**:

- I.** Nos contratos de planos de saúde, é proibida a cláusula que fixa o reajuste das prestações pecuniárias em razão da faixa etária.
- II.** A oferta publicitária de crédito deve garantir ao consumidor o direito à informação prévia, ostensiva e adequada sobre a taxa efetiva anual de juros.
- III.** Os dados contábeis que dão base à oferta publicitária de crédito devem ser organizados pelo fornecedor e informados aos interessados, sob pena de responsabilidade penal.
- IV.** Prevaler-se da fraqueza ou ignorância do consumidor idoso para impingir-lhe uma operação de crédito consignado é uma prática abusiva.

- a) Somente as proposições I e II estão corretas.
- b) Somente as proposições II e III estão corretas.
- c) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

23	24	25	26	27	28	29	30
D	Anulada	A	C	Anulada	A	B	Anulada



## PROVA DE 2013

### DIREITO DO CONSUMIDOR

**23ª Questão:** Sobre o conceito legal de consumidor é correto afirmar:

- a) Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário intermediário.
- b) Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final, exceto a coletividade de pessoas.
- c) Apenas a pessoa física ou a coletividade de pessoas que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final pode ser considerada consumidor.
- d) Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.
- e) Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, determinável, que haja intervindo nas relações de consumo.

**24ª Questão:** Sobre o conceito legal de fornecedor, é correto afirmar:

- a) Fornecedor é exclusivamente a pessoa física ou jurídica, privada, nacional ou estrangeira, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.
- b) Apenas a pessoa física ou jurídica, privada, nacional ou estrangeira, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação e distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços é considerada fornecedor no Código de Defesa do Consumidor.
- c) As pessoas jurídicas de direito público prestadoras de serviços essenciais não podem ser consideradas fornecedores, segundo o § 2º, do artigo 3º, do Código de Defesa do Consumidor.
- d) A empresa distribuidora de medicamentos não se enquadra na condição de fornecedor quando vende produtos para o Poder Público.
- e) Pode ser considerado fornecedor todo aquele que, pessoa física ou jurídica, privada ou pública, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, desenvolve atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.



**25ª Questão:** Sobre serviço e o seu conceito legal no Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, exceto as decorrentes das relações de caráter trabalhista, pode ser considerada como serviço, no âmbito da legislação consumerista.
- b) A atividade de natureza bancária é considerada como serviço para efeito do Código de Defesa do Consumidor
- c) As empresas de financiamento prestam serviço sujeito à tutela da legislação de proteção ao consumidor.
- d) As empresas seguradoras, em razão da natureza do contrato de seguro, disciplinado pelo Código Civil (arts. 757 a 802), estão regidas apenas por este último, protegidas da incidência das normas do Código de Defesa do Consumidor.
- e) O serviço de concessão de crédito está sujeito à incidência da legislação consumerista.

**26ª Questão:** Sobre os direitos básicos do consumidor, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Nas relações de consumo, é direito do consumidor a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos.
- b) É direito do consumidor a modificação das cláusulas contratuais que estabelecem prestações proporcionais ou sua revisão em razão de qualquer fato que as tornem onerosas.
- c) O consumidor tem direito a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral.
- d) O consumidor tem direito a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais, individuais, coletivos e difusos.
- e) O juiz pode deferir, em benefício do consumidor, a inversão do ônus da prova no curso do processo civil versando sobre direito do consumidor.

**27ª Questão:** Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

- I. Tendo mais de um autor a ofensa, todos responderão solidariamente pela reparação dos danos previstos nas normas de consumo.
  - II. Os produtos e serviços colocados no mercado devem primar pela segurança dos consumidores, cabendo ao fornecedor dar as informações necessárias, exceto nos casos em que o risco à saúde for considerado previsível e normal em decorrência de sua natureza e fruição.
  - III. Os produtos industriais devem ser acompanhados de informações, em impressos apropriados, fornecidos pelo fabricante.
  - IV. O fornecedor pode colocar no mercado de consumo produtos ou serviços de alto grau de nocividade ou periculosidade à saúde ou segurança.
- a) Somente as proposições I e II estão corretas.
  - b) Somente as proposições I e III estão corretas.
  - c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
  - d) Somente as proposições III e IV estão corretas.



e) Todas as proposições estão corretas.

**28ª Questão:** Examine as proposições seguintes e assinale a alternativa correta:

I. O produto é considerado defeituoso pelo fato de outro de melhor qualidade ter sido colocado no mercado.

II. O comerciante é igualmente responsável pela reparação de danos ao consumidor quando o fabricante, o construtor, o produtor ou o importador não puderem ser identificados.

III. O fabricante, o construtor, o produtor ou importador será responsabilizado pelos danos ao consumidor mesmo quando provar a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro, em razão da teoria da culpa objetiva. IV. Aquele que efetivar o pagamento ao consumidor prejudicado poderá exercer o direito de regresso contra os demais responsáveis, segundo sua participação na causação do evento danoso.

a) Somente as proposições I e II estão corretas.

b) Somente as proposições I e III estão corretas.

c) Somente as proposições II e IV estão corretas.

d) Somente as proposições III e IV estão corretas.

e) Todas as proposições estão corretas.

**29ª Questão:** Examine as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

I. O Ministério Público, no âmbito do direito consumerista, se não ajuizar a ação civil coletiva em defesa de interesses individuais homogêneos, atuará sempre como fiscal da lei nos processos iniciados pelos legitimados de que trata o artigo 82 do Código de Defesa do Consumidor.

II. É competente para a ação civil coletiva, em defesa de interesses individuais homogêneos de consumidores, a justiça local do lugar onde ocorreu ou deva ocorrer o dano, quando de âmbito local, ressalvada a competência da Justiça Federal.

III. Nas ações cujo objeto seja o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, no âmbito do direito consumerista, havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, poderá o juiz, na sentença e independentemente de pedido do autor, impor multa diária ao réu para o caso de descumprimento do comando judicial.

IV. A conversão da obrigação em perdas e danos somente será possível se por elas optar o autor ou se impossível a tutela específica ou a obtenção do resultado prático correspondente.

a) Somente as proposições I e II estão corretas.

b) Somente as proposições I e III estão corretas.

c) Somente as proposições II e IV estão corretas.

d) Somente as proposições III e IV estão corretas.

e) Todas as proposições estão corretas.

**30ª Questão:** Observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa correta:

I. Os contratos que regulam as relações de consumo não obrigam os consumidores mesmo quando oportunizado o prévio conhecimento dos seus termos, ou redigidos de modo a não dificultar a compreensão de seu sentido e alcance, de acordo com o princípio da ampla proteção do consumidor.





II. O consumidor pode desistir do contrato (art. 49, CDC), no prazo de 07 ou 10 dias, conforme o caso, a contar da sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial.

III. As declarações de vontade constantes de escritos particulares, recibos e pré-contratos relativos às relações de consumo vinculam o fornecedor e ensejam a execução específica do art. 84 e parágrafos da Lei nº 8.078/90.

IV. A garantia contratual é complementar à legal e será conferida mediante termo escrito, padronizado e com os esclarecimentos do art. 50, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, entregue juntamente com o manual de instrução, de instalação e uso do produto em linguagem didática, inclusive com ilustrações.

- a) Somente as proposições I e II estão corretas.
- b) Somente as proposições I e III estão corretas.
- c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

### GABARITO

23 D	24 E	25 D	26 B	27 B	28 C	29 E	30 D
------	------	------	------	------	------	------	------

### PROVA DE 2015

**27. O direito de arrependimento previsto para as relações de consumo significa que o consumidor:**

- A) pode desistir do contrato, ao assiná-lo ou no ato de recebimento do produto ou serviço, desde que dentro do prazo de garantia legal, que para os produtos duráveis será o de noventa dias.
- B) pode desistir do contrato, no prazo de sete dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio.
- C) pode desistir do contrato, em sete dias, contados do ato de aquisição do bem ou serviço, ainda que a contratação tenha ocorrido no interior do estabelecimento comercial, nesse caso sem necessidade de provar vício de qualidade do bem ou serviço.
- D) pode desistir do fornecimento de produtos remetidos periodicamente, a qualquer tempo, desde que o contrato seja resilido mediante notificação ou aviso prévios, defeso



exigir-se sanção pecuniária do consumidor.

E) pode retratar-se dos contratos celebrados para entrega de bens garantidos fiduciariamente, devolvendo os bens ao credor fiduciário, que os avaliará segundo o valor de mercado para composição de eventuais perdas e danos.

**28. Etevaldo, médico neurocirurgião, realiza operação para retirada de tumor cerebral em estágio avançado em Lucicleide, que vem a falecer no curso da cirurgia. A família da paciente ajuíza ação indenizatória contra Etevaldo, alegando erro médico e que Lucicleide não foi informada de que a cirurgia era de alto risco, podendo levá-la a óbito.**

**Nesse caso, o juiz considerará a responsabilidade de Etevaldo como:**

A) mitigada e subsidiária, porque o quadro de saúde de Lucicleide impunha cirurgia para retirada do tumor

cerebral como única alternativa possível, independentemente de ter sido ela informada ou não da periculosidade do ato cirúrgico.

B) subjetiva, apurando o erro médico mediante exame de culpa, mas terá como irrelevante juridicamente a

ausência de informações a Lucicleide, tendo em vista que a cirurgia era a única alternativa para salvá-la, em

razão da gravidade de seu quadro de saúde.

C) objetiva, em razão do risco habitual no exercício da neurocirurgia; analisará como irrelevante juridicamente a ausência de informação a Lucicleide, por se tratar de questão médica a opção pela cirurgia, única indicação possível em face da gravidade de seu quadro de saúde.

D) subjetiva, apurando-se o eventual erro médico com a verificação de sua culpa; analisará como relevante

juridicamente ter sido Lucicleide informada ou não dos riscos que corria, tendo em vista a gravidade de seu

quadro de saúde, que impunha informação ostensiva e adequada da periculosidade da cirurgia a que seria



submetida.

E) objetiva, em razão do risco habitual no exercício da neurocirurgia, analisando como relevante juridicamente a ausência de informações a Lucicleide, pois deveria ela ter sido informada ostensiva e adequadamente da periculosidade da cirurgia a que seria submetida.

**29. Em relação aos contratos de adesão nas relações de consumo, analise os enunciados seguintes:**

I. A inserção de cláusula no formulário descaracteriza a natureza de adesão do contrato, por implicar negociação entre as partes.

II. Nos contratos de adesão não se admite cláusula resolutória, pois toda resolução contratual deverá ser precedida de aviso, interpelação ou notificação prévios.

III. Os contratos de adesão escritos serão redigidos em termos claros e com caracteres ostensivos e legíveis, cujo tamanho da fonte não será inferior ao corpo doze, de modo a facilitar sua compreensão pelo consumidor.

É correto o que se afirma APENAS em

A) I e III.

B) II e III.

C) II.

D) I e II.

E) III.

**30. Em relação à defesa do consumidor em juízo, analise os enunciados seguintes:**

I. A defesa coletiva será exercida, entre outras situações, quando se tratar de interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos aqueles de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com parte contrária por uma mesma



relação jurídica base.

II. Na ação que tenha por objeto o cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer, a conversão da obrigação em perdas e danos somente será admissível se por elas optar o autor ou se impossível a tutela específica ou a obtenção do resultado prático equivalente.

III. Os legitimados a agir na defesa dos consumidores em juízo poderão propor ação visando compelir o Poder Público competente a proibir, em todo o território nacional, a produção, divulgação, distribuição ou venda, ou a determinar a alteração na composição, estrutura, fórmula ou acondicionamento de produto, cujo uso ou consumo regular se revele nocivo ou perigoso à saúde pública e à incolumidade pessoal.

IV. Nas ações coletivas tratadas no Código de Defesa do Consumidor, a sentença fará coisa julgada *erga omnes*, apenas no caso de procedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores, na hipótese de defesa de interesses ou direitos difusos, assim entendidos os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.

É correto o que se afirma APENAS em

- A) I, III e IV.
- B) II e III.
- C) I e IV.
- D) I, II e III.
- E) II, III e IV.

### GABARITO

27 B	28 D	29 E	30 B
------	------	------	------